

Dora Kramer*

Escândalo do Master só começou

As fraudes de longa data do Banco Master -apontadas pelo mercado financeiro e pelo Ministério Público-, que resultaram na liquidação em novembro pelo Banco Central, marcam mais um na série de escândalos com os quais nos habituamos a conviver.

Esse caso, no entanto, exhibe uma peculiaridade: tão ou mais escandalosa que as falcatrues do controlador, Daniel Vercaro, é a rede de proteção formada para contestar a decisão da autoridade monetária.

As razões ainda são obscuras, mas o objetivo foi traduzido nas palavras do ex-presidente do BC Armínio Fraga: “Tem muita gente querendo assar uma pizza do tamanho do Maracanã”, disse ele em entrevista ao O Estado de S. Paulo na última terça-feira (6).

Suspeita plenamente justificada pelas movimentações dos subterrâneos do poder onde Vercaro construiu uma teia de relações que, ao juízo dele, lhe permitiriam levar seus negócios com segurança e exibicionismo pelo terreno da lucrativa enganação.

Há sujeitos ocultos trabalhando para de algum modo amenizar a situação, o que não é

de se estranhar, e cujos modus operandi o então senador Romero Jucá explicitou na ideia de “estancar a sangria” mediante acordos “com o Supremo, com tudo”.

Falava com conhecimento de causa sobre a possibilidade de se anularem as consequências da Lava Jato. Acertou e, pelo visto, difundiu a metodologia agora aperfeiçoada no intuito de não deixar que a sangria se instale.

A malfadada novidade aqui é ver o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União arrastados ao campo da suspeição por conivência, mediante decisões individuais dos ministros Dias Toffoli, no STF, e Jhonatan de Jesus, no TCU.

Ambos precisaram recuar de providências mais danosas à imagem das instituições, mas a ultrapassagem da linha da compostura institucional está dada e não tem conserto.

A menos que os colegiados dessas instâncias abandonem o recato corporativista e se coloquem claramente em oposição a jabutis que, sabemos, só sobem em árvores por ação das mãos de gente.

*Jornalista e comentarista de política

Alexandre Garcia

Trapezistas sem rede

O ex-presidente do Supremo, ex-decano, Celso de Mello, escreveu no Estadão do dia de Natal: “A democracia começa pela ética de juízes”. E defendeu urgência por uma solução “que impeça qualquer aparência de favorecimento, dependência ou proximidade indevida com interesses privados e governamentais.” Ele defendia um código de conduta “moralmente necessário”. Gilmar Mendes não acha necessário. Nem eu, se a sabatina do Senado tivesse o dom que perscrutar o caráter do sabatinado, para saber se, de berço, a família tivesse lapidado na medula da então criança valores éticos que ficam gravados para toda a vida. Um ser bem formado jamais admitiria, como juiz, julgar causa de partido ou instituição a que houvesse antes servido, ou decidir em ação que tivesse envolvimento de alguém de sua própria família. Isso seria impossível num caráter bem-formado.

Imagine, então, um contrato de serviços advocatícios genéricos, indefinidos, que rendesse 3,6 milhões de reais por mês, com o escritório da família de um ministro do Supremo. Um contrato assim, por si, grita com eloquência sua impossibilidade ética. O Presidente Edson Fachin percebeu a gravidade histórica dos desvios éticos e propõe um código de conduta que não deveria ser necessário. Um código que é mais para inglês ver, porque quem não segue à risca a Constituição e confunde ser intérprete com ser reescrevedor da Magna Carta, dificilmente seguirá o código. O Supremo, depois dos alertas de Fux sobre o envolvimento político, entregou-se ao ativismo na gestão Barroso; está acima do Conselho Nacional de Justiça, da Lei Orgânica da Magistratura, do Senado (por permissividade de seus presidentes) e da própria Constituição, que deveria guardar. Agora paga pelo risco de levar, sem rede, como o trapezista que acha que pode voar.

Celso de Mello falou sobre afastar suspeitas,

aparências de desonestidade. É como a lição da mulher de César. As mulheres de césores do Supremo faturaram muito, mas a que preço? Toffoli criou ação sem Ministério Público para investigar os investigadores da Receita Federal, que queriam saber sobre movimentações financeiras volumosas de mulheres de ministros. Depois, para calar a crítica a um ministro “amigo do amigo de meu pai”; quando o celular de Tagliaferro revelou abusos, ele foi denunciado em vez de investigar o modus operandi - foram saltando de trapézio em trapézio, reforçando a convicção de que poderiam voar, que não estavam sob o escrutínio da mídia nem da fonte do poder, o povo, e seus representantes. E desconsideraram que só o voto dá legitimidade para legislar. Esqueceram que são servidores do público com grave responsabilidade, porque guardam a Constituição.

Agora estranham que a mídia calada por tanto tempo resolveu voltar à sua missão original, alcançado o objetivo de anular Bolsonaro. Talvez os trapezistas tenham sido estimulados para essa missão, mas agora que Bolsonaro foi condenado e está inelegível, aquela mídia das omissões sente que precisa recuperar a credibilidade, assinantes e audiência. “Cortem-lhes a cabeça” - parece ordenar, todos os dias, a Rainha de Copas. O passado omitido é desenterrado e vira notícia do dia. E parlamentares de oposição interrompem as férias para começar as execuções. E, como cobri a Constituinte, registro como atual o discurso do Presidente Dr. Ulysses, no dia da promulgação: “Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o maldito caminho: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.”

Fachin sugere uma rede para aparar o Supremo em queda. Talvez já seja tarde. A lei da gravidade não conseguem revogar.

EDITORIAL

Um acordo comercial longe da equidade

A França tem razões sólidas para vetar o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, sobretudo se quiser manter coerência entre seu discurso político, seus compromissos ambientais e a proteção de seu modelo social e agrícola. Não se trata de rejeitar o comércio internacional em si, mas de reconhecer que este acordo, tal como está formulado, impõe custos desproporcionais a setores estratégicos franceses e europeus, sem garantias reais de benefícios equivalentes.

Em primeiro lugar, o acordo ameaça diretamente a agricultura francesa, especialmente a pecuária. Produtores europeus são submetidos a normas rigorosas em matéria sanitária, ambiental e de bem-estar animal, o que eleva custos e reflete escolhas sociais legítimas. Em contrapartida, produtos oriundos do Mercosul podem entrar no mercado europeu sem obedecer aos mesmos padrões, criando uma concorrência desleal. Isso não apenas fragiliza milhares de agricultores franceses, como também mina a credibilidade das políticas agrícolas e ambientais da própria União Europeia.

Além disso, o impacto ambiental do acordo é profundamente preocupante. Países do Mercosul, em especial o Brasil, têm histórico recente de enfraquecimento da proteção ambiental e de aumento do desmatamento, inclusive na Amazônia. Facilitar exportações

agrícolas ligadas à expansão de áreas de cultivo e pastagem contradiz frontalmente os compromissos climáticos assumidos pela França e pela UE no Acordo de Paris. Vetar o tratado é, nesse contexto, um gesto de coerência ecológica, não de protecionismo.

Outro ponto central é o desequilíbrio econômico do acordo. Os ganhos previstos concentram-se majoritariamente em grandes empresas exportadoras e em setores industriais específicos, enquanto os prejuízos recaem sobre agricultores, pequenas explorações familiares e territórios rurais já fragilizados. A promessa de crescimento econômico abstrato não compensa a perda de empregos locais, o aumento da precarização e o aprofundamento das desigualdades regionais.

Por fim, há uma questão democrática. O acordo foi negociado durante anos com baixa transparência e limitada participação da sociedade civil. Vetá-lo seria também um sinal de que decisões estruturantes para o futuro econômico, social e ambiental da Europa não podem ser tomadas sem amplo debate público e garantias claras de respeito a valores fundamentais.

Diante desses fatores, o veto francês não deve ser visto como um obstáculo ideológico, mas como uma escolha responsável em defesa da agricultura, do meio ambiente, da justiça social e da coerência política europeia.

Opinião do leitor

Esperança

O que esperar de 2026? Haverá paz onde reina o conflito? O que nos reservam a economia e a política? Que 2026 traga boas notícias para todos! Um provérbio alemão diz: “A esperança é a última a morrer”.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20
São Paulo:
Campinas:

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.